



## **5. Avaliação da Atuação do Extensionista Rural no Fomento as atividades Coletivas e Colaborativas**

*Assessment of the Rural Extensionist's Performance in Promoting  
Collective and Collaborative Activities*

*Evaluación del desempeño del extensionista rural em la  
promoción de actividades colectivas y colaborativas*

**Ana Cristina Siewert Garofol<sup>1</sup>**

**Cristhiane Oliveira da Graça Amâncio<sup>2</sup>**

---

<sup>1</sup>Doutora em Engenharia Agrícola com ênfase em Desenvolvimento Rural Sustentável, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. E-mail: [ana.garofolo@embrapa.br](mailto:ana.garofolo@embrapa.br)

<sup>2</sup>Doutora em Ciências Sociais com ênfase em Desenvolvimento, agricultura e Sociedade, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. E-mail: [cristhiane.amancio@embrapa.br](mailto:cristhiane.amancio@embrapa.br)

## Resumo

A ação do extensionista rural, contribuindo para a redução da pobreza e a melhoria da qualidade de vida do agricultor é fundamental para que se alcance o desenvolvimento territorial sustentável no campo. A incorporação de novos saberes no dia a dia do agricultor familiar deve preconizar o diálogo e socialização de conhecimentos, intercâmbio de práticas e tecnologias apropriadas. O objetivo desta pesquisa foi avaliar o papel do agente de extensão rural como articulador de ações coletivas e colaborativas em um viés agroecológico, a partir de uma proposta metodológica pautada em indicadores robustos. Partindo das dimensões “conhecimento”, “atuação profissional”, “participação” e “capital social”, foram entrevistados profissionais de ater que atuam no estado do Rio de Janeiro. A abordagem metodológica utilizada na pesquisa mostrou que a Extensão Rural possui potencial para contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável nos diferentes territórios através de uma abordagem sistêmica e multidisciplinar, mediante a utilização de métodos participativos. Constatou-se ser necessária maior instrumentalização dos agentes de ater em termos de promover a participação social e potencializar as ações voltadas para o desenvolvimento de ações colaborativas e cooperativistas.

**Palavras chave:** Atuação Profissional; Capital Social; Conhecimento; Participação.

## Abstract

The action of a rural extension worker, contributing to the reduction of poverty and improving the farmer's quality of life, is fundamental to achieving sustainable territorial development in the countryside. The incorporation of new knowledge into the daily life of family farmers must advocate dialogue and socialization of knowledge, exchange of appropriate practices and technologies. The objective of this research was to evaluate the role of the rural extension agent as an articulator of collective and collaborative actions based on a methodological proposal based on robust indicators. Starting from the dimensions “knowledge”, “professional performance”, “participation”, “social capital”, professionals from the land that work in the state of Rio de Janeiro were interviewed. The methodological approach used in the research showed that Rural Extension has the potential to contribute to the promotion of sustainable rural development in different territories through a systemic and multidisciplinary approach, through the use of participatory methods. It was found that there is a need for greater instrumentalization of the agents to stick in terms of promoting social participation and enhancing actions aimed at developing collaborative and cooperative actions.

**key words:** Professional Practice; Social Capital; Knowledge; Participation.

## Resumen

La acción de un extensionista rural, contribuyendo a la reducción de la pobreza y mejorando la calidad de vida del agricultor, es fundamental para lograr un desarrollo territorial sostenible en el campo. La incorporación de nuevos conocimientos a la vida cotidiana de los agricultores familiares debe propiciar el diálogo y la socialización de conocimientos, el intercambio de prácticas y tecnologías apropiadas. El objetivo de esta investigación fue evaluar el papel del extensionista rural como articulador de acciones colectivas y colaborativas a partir de una propuesta metodológica basada en indicadores robustos. A partir de las dimensiones “conocimiento”, “desempeño profesional”, “participación”, “capital social”, fueron entrevistados profesionales que actúan en el estado de Río de Janeiro. El enfoque metodológico utilizado en la investigación demostró que la Extensión Rural tiene el potencial de contribuir a la promoción del desarrollo rural sostenible en diferentes territorios a través de un enfoque sistémico y multidisciplinario, mediante el uso de métodos participativos. Se constató que existe

la necesidad de una mayor instrumentalización de los agentes del agua en cuanto a promover la participación social y potenciar acciones encaminadas al desarrollo de acciones colaborativas y cooperativas.

**Palabras clave:** Práctica Profesional; Capital Social; Conocimiento; Participación.

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do século XX grandes mudanças puderam ser observadas nas práticas agrícolas, impulsionado a abertura de novas fronteiras agrícolas. Criou-se, a partir de então, um modelo baseado na excessiva especialização dos sistemas produtivos, dependência de insumos externos de custo elevado e de alto impacto socioambiental. Desta forma a modernização agrícola trouxe um novo modelo de se fazer agricultura, onde evidenciava-se a bandeira do combate à fome.

A partir da década de 1970, começaram a surgir sérios problemas decorrentes da adoção de práticas agrícolas relacionadas à Revolução Verde. Destacam-se a promoção da uniformidade genética e o desenvolvimento de materiais genéticos altamente dependentes de insumos industriais ou insumos químicos (MACHADO et al., 2008). A agricultura convencional, até então pautada na maximização da produção e do lucro, sofre neste período um grande processo de transformação. É neste momento da história que a preocupação com o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis começa a ganhar espaço no cenário mundial. A agricultura a partir de então passa a visar a redução ou a não utilização de insumos químicos e agrotóxicos.

Nesta direção a busca por uma agricultura mais sustentável levou, a partir da década de 80 ao redesenho dos sistemas produtivos. Dentro de um conceito de sustentabilidade no campo, procurou-se minimizar o uso de insumos externos, a diversificação da produção e a manutenção da capacidade de produção de biomassa de um sistema (GLIESSMAN, 2009, p.54). A partir de

então, passam a ser valorizadas as ações coletivas e compartilhadas. Guzmán (2001) em seus estudos traz para a agroecologia a dimensão social, afirmando que as variáveis sociais desempenham também um papel muito importante no entendimento de como a política e a economia geram impactos no agricultor. Assim sendo a agroecologia busca trabalhar em sua dinâmica a auto-regulação e sustentabilidade dos agroecossistemas aliando questões socioeconômicas e “[...] resgatando o fato de que a agricultura, além de ser um processo ecológico, é um processo social” (ASSIS, 2006, p.77).

Em paralelo ao movimento rural produtivista, este novo paradigma de desenvolvimento socioambiental trouxe a necessidade de uma assistência técnica menos difusionista. Surge neste momento uma ater mais focada no desenvolvimento sustentável e agroecológico. Busca-se priorizar no campo o diálogo e socialização de conhecimentos, o intercâmbio de práticas e a busca por tecnologias apropriadas.

Em 2004 o governo federal aprovou uma Política Nacional de ATER (PNATER) pautada em diretrizes agroecológicas e metodologias participativas, voltada para a agricultura familiar (MEDEIROS e BORGES, 2007). Com a política veio a necessidade da organização dos agricultores valorizando-se os processos participativos. Neste momento buscou-se em campo o desenvolvimento das ações em perspectiva territorial, social e ambiental.

A ação extensionista, ao contribuir para a redução da pobreza e a melhoria da qualidade de vida do agricultor, pode conduzir o rural a um desenvolvimento

territorial sustentável. Deste modo, a racionalidade que deve vigorar para se pensar a extensão rural como área de conhecimento, torna-se algo complexo. Isso ocorre devido sua característica multi e interdisciplinar e a necessidade de incorporar especificidades voltadas para um paradigma mais totalitário e inclusivo (MUNIZ, 1996).

Surge então uma pergunta que persiste até o momento atual: estão os extensionistas preparados para a mudança da concepção produtivista de ATER para a de base agroecológica? Na busca de respostas é pertinente considerar a contribuição da extensão rural como atividade de orientação do processo produtivo. Talvez esta resposta ainda não possa ser respondida com precisão. Dada as exigências e orientações da PNATER e considerando o quadro atual dos extensionistas no Brasil, pode-se inferir que o conhecimento gerado nas universidades é insuficiente para atender as demandas deste segmento (GOMES et al., 2011). Evidencia-se a necessidade de uma nova postura cognitiva por parte dos agentes de assistência técnica e extensão rural para este novo momento socioambiental.

Para que a incorporação de novos saberes no dia a dia do agricultor familiar seja exitosa é necessária outra forma de diálogo e socialização de conhecimentos, intercâmbio de práticas e tecnologias apropriadas. É necessário problematizar as diferentes situações, criticá-las e inserir o homem do campo em sua realidade como verdadeiro sujeito da transformação (FREIRE, 1983). Ao fortalecer da agricultura familiar, confere-se sustentabilidade aos agroecossistemas e também se promove a inclusão social e garantia de segurança alimentar. Neste contexto a participação, aliada a ações colaborativas do

extensionista na realidade do campo, torna-se condição vital para o sucesso de sua vocação.

Estratégias de extensão rural a serem adotadas pelo segmento agropecuário precisam levar em conta a construção de formas inovadoras de trabalhos. Estas devem ser capazes de potencializar os processos de desenvolvimento agropecuário através do uso sustentável dos recursos naturais locais. O agente de extensão rural deve orientar suas ações para metodologias de trabalho mais participativas e coletivas que considerem a realidade local. Deve pautar suas ações na busca por uma perspectiva de sustentabilidade ambiental e de desenvolvimento com equidade social, geração de renda e de ocupações no meio rural, respeitando as diferenças culturais das pessoas implicadas (CAPORAL e RAMOS, 2010).

A extensão Rural, como ação contínua, deve pautar suas ações em um processo educativo destinado a apoiar estratégias que levem à melhoria da qualidade de vida das pessoas envolvidas, à redução da pobreza rural, ao fortalecimento da cidadania. Assim sendo, estas estratégias de desenvolvimento conduzidas pela extensão não podem se orientar simplesmente por metas de crescimento econômico, de produção e de produtividade. É preciso que elas efetivamente levem a construção de novas formas de trabalhos através de metodologias capazes de potencializar os processos de desenvolvimento através do uso sustentável dos recursos naturais locais (CAPORAL e COSTABEBER, 2002).

Os saberes dos agricultores constituem o ponto de partida para a construção de novos conhecimentos e transformação da realidade. A construção do

conhecimento é processo dialógico no qual se realiza coletivamente a leitura do mundo e se organiza um conteúdo libertador. Nele, todos têm o que ensinar e aprender, superando as ideologias que pregam a separação entre o pensar e o agir, entre o conceber e o executar, entre o conhecer e o fazer. Enfim, entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. Sua ação deve impactar os diferentes processos produtivos, as diferentes formas de inclusão social ou ambas simultaneamente de forma complementar (CAPORAL, 2009).

A construção do conhecimento assume extrema importância visto que grupos que constroem uma ação mais interativa estabelecem relações sociais de solidariedade, reciprocidade e confiança mais fortes. Assim sendo, iniciativas de acompanhamento técnico-econômico e as de caráter educacional participativo, podem acarretar na expansão das capacidades de geração de capital social de forma significativa. (AMÂNCIO, 2006).

A assistência técnica “[...] para ser verdadeira, só pode realizar-se na práxis. Na ação e na reflexão” (FREIRE, 1983). Em outras palavras pressupõe participação como meio e como fim. Como meio, participação busca alcançar metas e objetivos, aproveitando ao máximo os recursos disponíveis sejam eles físicos, econômicos e sociais dos agricultores. Como fim permite que agricultores e agentes rurais aumentem sua ação nas atividades de desenvolvimento (OAKLEY, 1991) e participem de redes e grupos onde o capital social faz-se presente.

Ao interagirem com estas redes, extensionistas vivenciam com os agricultores “[...] recursos reais ou potenciais que estão ligados à

participação em uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de mútua familiaridade e reconhecimento” (Bordieu, 2010). É neste espaço que os indivíduos interagem coletivamente em relações de cooperação, reciprocidade e confiança (ZARATE, 2009).

## **OBJETIVO**

O objetivo deste trabalho foi avaliar atuação do extensionista rural no fomento as atividades coletivas e colaborativas, balizado pelas diretrizes orientadoras da extensão rural no país, considerando o capital social dos atores envolvidos.

## **METODOLOGIA**

A proposta metodológica para avaliação da ação do agente de extensão rural no fomento às atividades coletivas e colaborativas utilizadas neste trabalho foi construída a partir de quatro dimensões de análise categorizadas de modo priorístico e representadas através de indicadores. Foram definidas para as dimensões em estudo dois pilares de sustentação teórica, nesta pesquisa considerada como as temáticas identificadas em diferentes trabalhos e que sustentam o conteúdo teórico dos autores aqui estudados. Os autores que embasaram os pilares de sustentação teórica foram Freire (1983), Caporal (2009), Bordenave (1989) e Durston (2000).

Pautada na vertente metodológica interpretativa, esta pesquisa buscou trabalhar criticamente um conjunto de dados qualitativos e quantitativos com o propósito de discutir o papel do Agente de Extensão Rural para o fomento de ações coletivas e colaborativas visando o desenvolvimento territorial. Para tanto considerou-se as dimensões de conhecimento pessoal, atuação

profissional, participação e capital social envolvido. A cada dimensão levantou-se um grupo de indicadores, os quais nortearam as discussões envolvidas. As questões foram formuladas considerando as dimensões conhecimento, atuação profissional, participação e capitais sociais passíveis de serem levantadas neste estudo. A tabela 1 apresenta a correlação entre Pilares de Sustentação Teórica, Dimensões de Análise, Unidades Temáticas (indicadores).

Tabela 1 - Correlação entre os Pilares de Sustentação Teórica, Dimensões de Análise, Unidades Temáticas.

Pilares de Sustentação Teórica	Dimensão de Análise	Unidades Temáticas/ Indicadores
Aspectos relacionados à ação do agente de ater	Conhecimento	Conhecimento prévio
		Conhecimento adquirido
		Aplicação prática do conhecimento
	Atuação profissional	Trabalho com cooperativas de agricultores
		Contribuição para a troca de experiências /conhecimento
		Acompanhamento ou monitoramento das ações
Aspectos relacionados a interação com o agricultor	Participação	Engajamento comunitário
		Promoção participação
		Ações colaborativas
Capital social	Laços de confiança	
	Laços de cooperação	

Fonte: elaborado pelas autoras.

Considerou-se como universo de pesquisa agentes de ater participantes de um curso de 40 horas em Adequação Ambiental de Propriedades Rurais, ministrado nas dependências da Embrapa Agrobiologia, em Seropédica, RJ. Os agentes de extensão rural entrevistados foram selecionados de modo aleatório conforme o espaço amostral definido por Little (citado por Fontes et al.,2003). Este recorte estabelece tamanhos mínimos de amostras segundo o tamanho original da população e o rigor estatístico desejado no estudo.

Para este estudo admitiu-se um espaço amostral de média rigorosidade, onde foram entrevistados 22 técnicos de um

total de 132 que participaram de capacitações, selecionados de forma aleatória. Como instrumento de coleta de dados foram utilizadas técnicas pautadas em entrevistas e questionários estruturados. As respostas foram dadas em escala Likert e adotados os valores (0), (0,25), (0,5) e (1,0), para as respostas nenhum/não, pouco, algum e muito/sim, respectivamente. A composição do valor do indicador foi feita multiplicando o valor equivalente a resposta pelo número de vezes que este foi apontado. Na sequência o somatório foi dividido pelo número de respondentes, originando um índice que variou de zero a um.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente procurou-se, a partir das respostas objetivas em escala Likert, calcular os valores dos indicadores considerando os técnicos de extensão rural entrevistados. Aos valores calculados foram ponderados pesos, os quais originaram valores finais de cada indicador em cada uma das quatro dimensões em estudo. Destaca-se que foram considerados os pesos de cada dimensão de maneira igualitária. A única exceção foi o indicador “troca de experiências” referente a dimensão “atuação profissional”, onde os autores consideraram-no fundamental para o fomento de ações coletivas e colaborativas.

Para efeito de discussão sobre o papel do agente de extensão rural para o fomento de ações coletivas e colaborativas, foi calculado um índice adimensional. Este índice foi obtido pela média aritmética dos indicadores das quatro dimensões, aqui chamado de indicador composto para ações de extensão rural (ICER). A tabela 2 apresenta os valores dos indicadores para cada dimensão de análise em

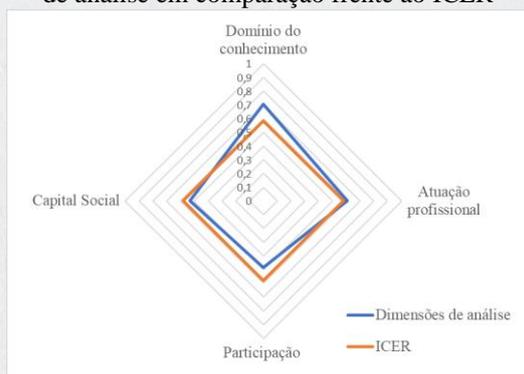
estudo, bem como apresentada a moda correspondente e a figura 1 traz a representação gráfica das dimensões de análise com respectivos valores.

Tabela 2 - Valores dos indicadores por dimensão de análise.

DIMENSÕES DE ANALISE E INDICADORES		Moda	Valor obtido	Peso	Valor calculado
<b>Domínio do conhecimento</b>	Conhecimento prévio	0,5	0,5455	0,2	0,109
	Conhecimento adquirido	1	0,8068	0,2	0,161
	Aplicação conteúdos	0,5	0,6136	0,2	0,123
	Avaliação profissional pós capacitação	0,5	0,6705	0,2	0,134
	Busca de novos conhecimentos	1	0,875	0,2	0,175
	<b>MEDIA</b>				
<b>Atuação profissional</b>	Trabalho com cooperativas	0,5	0,4886	0,3	0,147
	Troca de experiências	1	0,7273	0,4	0,291
	Monitoramento	0,5	0,5682	0,3	0,17
<b>MEDIA</b>					0,608
<b>Participação</b>	Engajamento comunitário	0,5	0,5568	0,5	0,278
	Promoção da participação comunitária	0,5	0,4091	0,5	0,205
<b>MEDIA</b>					0,483
<b>Capital Social</b>	Reciprocidade	0,5	0,4318	0,33	0,143
	Confiança	0,5	0,6023	0,34	0,205
	Cooperação	0,5	0,5568	0,33	0,184
<b>MEDIA</b>					0,531

Fonte. Dados da pesquisa

Figura 1 - Representação gráfica das dimensões de análise em comparação frente ao ICER



Fonte: elaborado pelas autoras.

Ao considerar a dimensão conhecimento (DC) constata-se que esta apresenta maior valor do indicador composto (0,702) quando em comparação com as demais dimensões,

impactando a construção do indicador composto para ações de extensão rural (ICER= 0,581). Ao se analisar cada indicador componente desta dimensão, constata-se que a busca de novos conhecimentos e o conhecimento adquirido são os que mais contribuem para o índice final da dimensão.

Torna-se evidente o papel da educação continuada, visto que a tarefa de educação na extensão rural assumiu uma dimensão bastante mais complexa, ampla e profunda com o surgimento da Política Nacional de Ater (PNATER). É fato que a partir do estabelecimento da política, novos paradigmas para orientar a ação extensionista foram sendo construídos e assumidos como norteadores das ações em campo. Foi a partir desta realidade que novas estratégias e novas bases pedagógicas nas atividades de formação foram sendo exigidas redirecionando a novas práxis dos agentes de extensão rural (CAPORAL, 2009).

O fazer extensão rural preconiza um processo educativo, permanente e continuado, que se deve alicerçar em uma prática dialógica e em uma pedagogia construtivista. Conforme Freire (1983) é uma “educação como prática da liberdade”, não apenas a mera transferência ou a transmissão do saber nem da cultura; não é a extensão de conhecimentos técnicos; não é o ato de depositar informes ou fatos nos educandos; não é a “perpetuação dos valores de uma cultura dada”; não é o “esforço de adaptação do educando a seu meio”. Neste contexto a educação pode ser entendida como um processo de troca e interação que acontece entre as pessoas em qualquer espaço.

Ao consideramos a dimensão referente a atuação profissional, verificamos um valor de indicador muito próximo do

ICER, sendo possível constatar na tabela 2 que o indicador de maior impacto é o relativo às trocas de experiências (0,7273). Considerando como princípio norteador para as ações da extensão rural a “[...]adoção de uma metodologia participativa de enfoque multi e interdisciplinar e intercultural” (Lei nº. 12.188 de 11 de janeiro de 2010) conclui-se que será a partir da interação ocorrida entre as pessoas e delas com o meio que as circunda que ocorrerá o aprendizado e a construção de conhecimentos.

Nesta troca de conhecimentos os agentes de extensão rural aprendem no exercício profissional, refletindo sobre o que fizeram coletiva e colaborativamente. Assim sendo, na estruturação de ações visando o desenvolvimento sustentável para os diferentes territórios rurais, deverão ser considerados um conjunto de princípios qualificadores da ação extensionista e do serviço de assistência técnica e extensão rural a ser prestado aos agricultores familiares (BRASIL, 2010). O profissional da extensão deverá então apresentar visão sistêmica, ser articulador e conciliador, apresentar capacidade de liderança, apresentar capacidade para construir e sistematizar conhecimentos técnicos bem como capacidade de análise e síntese, aptidão para o planejamento bem como demonstrar e praticar posturas participativas.

O termo participação desafia qualquer tentativa de definição ou de interpretação. Pode ser definido como o envolvimento voluntário das pessoas em programas públicos de desenvolvimento nacional. Ela pode também ser a participação das pessoas na implementação de programas visando o desenvolvimento rural. Participação comunitária também pode ser definida

como um processo ativo através do qual, grupos de beneficiários influenciam a direção e a execução de um projeto de desenvolvimento (OAKLEY,1991). Adicionalmente e considerando os estudos rurais, é importante diferenciar participação como meio e como fim. Participação como meio implica no uso da participação para alcançar algumas metas ou objetivos. Em outras palavras, participação é um caminho de aproveitamento da existência dos recursos físicos, econômicos e sociais dos agricultores em ordem para alcançar os objetivos dos programas e projetos de desenvolvimento. Participação como fim é uma forma ativa e dinâmica de participação que permite que agricultores e agentes rurais aumentem sua ação nas atividades de desenvolvimento (OAKLEY,1991).

Participação como engajamento comunitário e promoção da participação comunitária baliza-se em três pressupostos fundamentais e complementares (SORRENTINO e TASSARA, 1999): a) participação como instrumento pedagógico, no sentido de possibilitar o envolvimento de cada pessoa com o projeto coletivo que estiver em pauta, e de fomentar os sentimentos de pertencimento e importância de si para o todo, para os outros, para o ambiente, e pertencimento e importância do outro e do ambiente para a realização de cada um como pessoa; b) participação como estratégia de planejamento, no sentido de incluir os conhecimentos e contribuições de cada um e propiciar a divisão de tarefas e as avaliações entre todos; e c) participação como filosofia, como ética, tendo como foco primordial o bem-estar e felicidade de todos e de cada um, e onde se respeitem e valorizem os direitos da minoria, pois na manutenção da diversidade e na sua

permanente possibilidade de expressão reside o nosso maior segredo de viabilidade enquanto espécie e enquanto vida neste planeta. Destaca-se que sem comunicação não existe participação, e a tomada de decisões requer pelo menos dois processos, o da informação e do diálogo (BORDENAVE, 1983).

Para que uma participação seja efetivada é preciso o uso de ferramentas tais como conhecimento da realidade, organização e comunicação. Vale aqui ressaltar o papel fundamental do extensionista em inserir-se na realidade social local. Participação é o caminho para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo [...] envolve a satisfação de outras necessidades não menos básicas, tais como a interação com os demais homens, a autoexpressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas e [...] valorização de si mesmo pelos outros” (BORDENAVE, 1983, p.16).

Dados obtidos junto aos 22 extensionistas participantes do estudo apontam a dimensão participação como sendo a limitante entre as demais. Constata-se um valor calculado de 0,483 (abaixo do ICER de 0,581), sendo o indicador “Promoção da participação comunitária” o menor, o que pode evidenciar pequena inserção do agente de ater em ações que promovam o coletivo. Considerando que participação não é apenas um instrumento para a solução de problemas, mas uma necessidade do ser humano, uma habilidade a ser aprendida (BORDENAVE, 1983), é necessária uma ação mais pontual do agente de extensão rural para que ele efetivamente atue visando o desenvolvimento dos diferentes territórios. Conforme

pontuado por Demo (1998) participação é um processo sempre inacabado, e, portanto, dinâmico, de autopromoção, emancipação e conquista de poder. Assim, para que uma participação do agente extensionista nos diferentes territórios seja efetivada é preciso considerar o uso de ferramentas tais como conhecimento da realidade, organização e comunicação. Destaca-se que sem comunicação não existe participação, e a tomada de decisões requer pelo menos dois processos, o da informação e do diálogo (BORDENAVE, 1983).

Neste estudo contactou-se que entre os 22 extensionistas tal realidade está muito aquém do desejado quando o horizonte a ser alcançado é o do desenvolvimento territorial. Para o agente de extensão rural atuar no desenvolvimento de um território torna-se condição essencial promover o engajamento comunitário e a promoção da participação comunitária. Isto pode vir a facilitar o crescimento da consciência crítica da população fortalecendo seu poder de reivindicação através do empoderamento desta na sociedade (BORDENAVE, 1983). Como resultado pode-se constatar o estabelecimento de relações organizadas que podem favorecer não só a troca de informações e a conquista conjunta de certos mercados, mas também a pressão coletiva pela existência de bens públicos e de administrações capazes de dinamizar a vida regional, base para o capital social local (ABRAMOVAY, 1998).

O capital social está intimamente relacionado à capacidade de organização e constituição das redes de cooperação social as quais são importantes no processo de desenvolvimento sustentável (NICOLA,

2007). Assim sendo, Bourdieu (1998, p.67) nos remete às relações que se estabelecem e que o definem como “[...] o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas [...], unidos por ligações permanentes e úteis”. É no território que a atuação de indivíduos em rede pode ocorrer, em especial onde há indivíduos que se reconhecem mutuamente e partilham de valores semelhantes e outros que atuam em dissonância com o grupo, em relações de contradição.

A formação de redes atua como agregador de recursos, reais e potenciais, que possibilitam o pertencimento a determinados grupos e instituições como, por exemplo, em associações e cooperativas. Este pertencimento deveria partir do capital individual, presente nas relações sociais pautadas em confiança e reciprocidade manifestada em redes mais individualizadas, para o comunitário expresso em instituições mais complexas pautadas na cooperação e gestão desenvolvimento e alcance de resultados comuns (DURSTON, 1999; 2000; 2006). Deste modo, o capital social individual estaria associado ao recurso que uma pessoa acumula na forma de reciprocidade difusa e que pode ser reclamada em tempos de necessidade a outras pessoas para as quais tenha realizado, de forma direta e indireta, serviços ou favores em qualquer momento no passado. Já o capital social comunitário ou coletivo constaria de normas e estruturas que delimitam as instituições de cooperação do grupo. Reside não em relações interpessoais, mas em sistemas complexos, em estruturas normativas, gestionários e passíveis de sanções. (DURSTON, 2000).

Para Abramovay (1998) o capital social é construído dentro da capacidade dos atores de estabelecer relações organizadas que favoreçam a troca de informações e a conquista conjunta de certos espaços, espaços estes de atuação do extensionista. Está relacionado à capacidade de organização e constituição das redes de cooperação social as quais são importantes no processo de desenvolvimento sustentável (NICOLA, 2007). Pode-se então afirmar que o capital social é o conteúdo das relações e instituições sociais, caracterizadas por relações de reciprocidade, cooperação e retroalimentada com atitudes de confiança de indivíduos sociais que interagem em uma coletividade.

Considerando o exposto, capital social se configuraria como atributo de diferentes grupos sociais, coletividade e comunidade (DURSTON, 2000) e representa assim o cerne das relações e instituições sociais, caracterizado por condutas de reciprocidade e cooperação e retroalimentadas com atitudes de confiança (BEBBINGTON, 2005). Neste estudo verifica-se que a dimensão referente ao capital social apresenta um indicador composto (0,531) abaixo do IER calculado de 0,581. Isto parece evidenciar para o grupo de agentes de ater em estudo uma atuação insatisfatória na promoção de ações colaborativas e de estreitamento dos laços de cooperação e confiança. Desse modo para uma atuação mais efetiva, o agente de extensão rural deverá considerar o fomento as relações de confiança e reciprocidade observadas em seu território de atuação, visto os indivíduos sociais que interagem em uma coletividade (ZARATE, 2009).

Faz-se necessário ao extensionista ressaltar a função das redes sociais para o fortalecimento do capital social. Estas

são formadas por laços que além de proverem recursos têm um contexto e propiciam a expansão de crenças e práticas culturais (ZARATE, 2009). Nicola (2007) pontua que o capital social está intimamente relacionado à capacidade de organização e constituição das redes de cooperação social as quais são importantes no processo de desenvolvimento sustentável. A partir do fortalecimento dessa rede de atores trabalhando por um objetivo comum, além da promoção do desenvolvimento territorial, possibilitam a transformação mesmo que parcial da dinâmica organizacional das diferentes localidades incluídas neste território. Consta-se então, que é a partir do individual que o coletivo é sedimentado visto que para o estabelecimento de uma cultura agregadora e compartilhada é preciso fundações sólidas que a sustente. É aqui que o processo de transição agroecológica toma lugar no espaço fértil das relações de reciprocidade e confiança. Não seria possível a construção de relações agroecológicas em um mercado solidário sem os laços de cooperação e reciprocidade que evidenciam a presença de capital social.

Comunidades rurais são capazes de fomentar um ambiente ideal para o surgimento de laços de capital social (Durston, 2000). É neste momento que a atuação do extensionista torna-se um ponto de fundamental importância e que deve ser observado para que as ações extensionistas possam efetivamente gerar desenvolvimento nos territórios onde estes profissionais estão inseridos. Construir capital social é construir capacidades sociais e técnicas, aprimorar os processos de gestão social e construir a visão de território com base na cooperação e na confiança mútua. Ele é composto por sistemas sociais complexos, baseados em

múltiplos agentes que os mobiliza em suas estratégias e empreendimentos (MENDONÇA e PINHEIRO, 2008).

Conforme discutido, a extensão rural poderia contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável nos diferentes territórios através de uma abordagem sistêmica e multidisciplinar, mediante a utilização de métodos participativos. Através do uso sustentável dos recursos naturais locais, as ações em campo precisariam ser orientadas para metodologias de trabalho que fossem cada vez mais participativas e coletivas e que considerassem a realidade local.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A ação de um extensionista deveria ser pautada na sustentabilidade ambiental com equidade social, geração de renda e de ocupações no meio rural, respeitando as diferenças culturais locais. As interações com o homem do campo deveriam promover o engajamento comunitário e a participação comunitária visando contínua melhoria do processo produtivo.

Através da abordagem metodológica observada foi possível evidenciar a necessidade de maior instrumentalização dos agentes de ater em termos de promoção da participação social. Adicionalmente constatou-se a necessidade de desenvolvimento de ações colaborativistas e cooperativistas junto aos agricultores nos diferentes territórios rurais no grupo em estudo.

Ficou explícita a necessidade de atuação mais incisiva da extensão rural no fomento do capital social, bem como nas ações de engajamento e promoção da participação comunitária. Desse modo a extensão rural poderá apresentar potencial para contribuir de modo mais assertivo para a promoção do

desenvolvimento rural sustentável nos diferentes territórios através de uma abordagem sistêmica e multidisciplinar, mediante a utilização de métodos participativos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*, Ribeirão Preto, v.4, n.2, p. 379-397, abr./jun. 2000.

AMANCIO, C.O. da G. O sabor agridoce da reforma agrária em Pernambuco: refletindo sobre a experiência de Chico Mendes II e Nova Canaã em Tracunhaém, PE. 158p. Tese (Doutorado em Ciências na área de Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

BEBBINGTON, A. Estrategias de vida y estrategias de intervención: el capital social y los programas de superación de la pobreza. In: ARRAIGADA, I. (Ed). *Aprender de la experiencia: el capital social en la superación de la pobreza*. Santiago: CEPAL, 2005. p. 21-46. Disponível em: <[http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/2423/S055306\\_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/2423/S055306_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em 28 jul. 2014.

BORDENAVE, J. D. O que é participação. São Paulo: Brasiliense. 1989.

BOURDIEU, P. O poder Simbólico. 14ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Lei nº 12188 de 11 de Janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. *Diário Oficial d União*, Brasília, DF, 12 de janeiro de 2003. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.html)> Acesso em 24 jan. 2013.

CAPORAL, F. R. Bases para uma Política Nacional de Formação de Extensionistas Rurais, 2009. Disponível em:

<[file:///C:/Users/Nobody/Downloads/Bases\\_para\\_uma\\_Pol%C3%ADtica\\_Nacional\\_de\\_Forma%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_Extensionistas\\_Rurais\\_final.pdf](file:///C:/Users/Nobody/Downloads/Bases_para_uma_Pol%C3%ADtica_Nacional_de_Forma%C3%A7%C3%A3o_de_Extensionistas_Rurais_final.pdf)>. Acesso em 12 nov. 2016.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v.3, n.2, p.13-16, abr./mai. 2002.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. F. Da extensão rural convencional a extensão Rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia. 2010. Disponível em: <<http://www.agroeco.org/socla/publicaciones.html>>. Acesso em 23 maio 2011.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e Extensão Rural: Contribuições para a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre EMATER/RS, 2004. Disponível em <[http://www.emater.tche.br/site/arquivos\\_pdf/teses/agroecologia%20e%20extensao%20rural%20contribuicoes%20para%20a%20promocao%20de%20desenvolvimento%20rural%20sustentavel.pdf](http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/agroecologia%20e%20extensao%20rural%20contribuicoes%20para%20a%20promocao%20de%20desenvolvimento%20rural%20sustentavel.pdf)>. Acesso em: 09 jan. 2017.

DEMO, P. Participação é conquista: noções de política social participativa. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1998.

DURSTON, J. Construendo capital social comunitario. *Revista de la Cepal*, Santiago de Chile, nº 69, p.103-118, 1999. Disponível em <https://www.cepal.org/pt-br/node/27560>. Acesso em 10 fev. 2024.

DURSTON, J. Qué es el capital social comunitario? División de Desarrollo Social, Publicación de las Naciones Unidas, Serie Políticas Sociales nº38. 2000. Disponível em <https://www.cepal.org/pt-br/node/22418>. Acesso em 10 fev. 2024.

DURSTON, J.; LÓPEZ, E. Social capital and participatory management in the Pátzcuaro basin. *Cepal Review*, Santiago de Chile, n. 90, p.103-117, dec. 2006. Disponível em <https://www.cepal.org/en/publications/11183-social-capital-and-participatory-management-patzcuaro-basin>. Acesso em 10 fev. 2024.

FONTES, A.A.; SILVA, M.L.; SEBASTIÃO, R.V.; SOUZA, A.L. Análise da atividade florestal no município de Viçosa-MG. *Revista Árvore*, Viçosa, v.27, n.4, p.517-525, 2003. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rarv/a/hCHmZBhRBvLv>

45jLNwKwLfk/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 17 fev. 2024.

FRIERE, P. Extensão ou Comunicação? 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983

GLIESSMAN, S. Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre/RS: Editora Universidade/UFRGS, 4 Ed., 2009.

GOMES, G.; BECKER, C. L. Tecnologia Social: isso serve para que mesmo? In: Revista Primeiro Pano - Responsabilidade e Sustentabilidade. n.20, p. 44-45, Jan.2011.

GUZMÁN, E. S. Bases sociológicas de la Agroecología. Ponencia presentada al Encontro Internacional sobre Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. 5 a 8 de julho. FCA/UNESP. Lajeado, Campus de Botucatu, SP, Brasil,

KHAN, A.S.; SILVA, L.M.R. Capital Social das Comunidades Beneficiadas pelo Programa de Combate à Pobreza Rural – PCPR/Projeto São José – PSJ – Estado do Ceará. RER, v. 43, n. 1, jan/mar, 2005.

MACHADO, A.; SANTILLI, J.; MAGALHAES, R. A agrobiodiversidade com enfoque agroecológico: implicações conceituais e jurídicas. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. Disponível em <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/80159/1/sge-texto-34.pdf>. Acesso em 17 fev. 2024.

MEDEIROS, J.; BORGES, D. Participação cidadã no planejamento das ações da Emater-RN. Revista de Administração Pública, v.41, n.1, p. 63-81, 2007.

MENDONÇA, K.V.; PINHEIRO, J.C. Capital Social como fator de desenvolvimento local. In: XLVI CONGRESSO DE SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46, 2008, Rio Branco-Acre, Anais eletrônicos. Rio Branco: 2008. Disponível em: <<http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/108083/2/399.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2014.

MUNIZ, J.N. Os desafios da Extensão Rural. Extensão Rural, v.3, p. 23-27, 1996.

NICOLA, M.P. Ação extensionista e formação de capital social em projeto regional de desenvolvimento sustentável. Revista Brasileira de Agroecologia, Porto Alegre, v.2, n.1, p.636-640, 2007.

OAKLEY, P. Projects with people: The practice of participation in rural development. Geneva, International Labour Office, 1991.

SOUZA, M.J.L. de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p.77-116, 2001.

SORRENTINO, M.; TASSARA, E.T.de O. Educando para o desenvolvimento sustentável. In: CEPAM. (Org.). O município no século XXI: cenários e perspectivas. São Paulo: CEPAM, v. 1, p. 185-190, 1999.

ZÁRATE, M.Á.M. El estado del arte del capital social comunitario. Encrucijada, Ciudad del Mexico, n.3, p.1-14, sept./dic. 2009. Disponível em:

<<http://revistas.unam.mx/index.php/encrucijada/article/view/58545>> Acesso em: 14 nov. 2016.